

**Flávia Maria Silva Rieth
Francisco Pereira Neto**

ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA: desafios para a formação em Antropologia no Brasil

Desde o ano de 2008 um grupo de professores(as) da Universidade Federal de Pelotas vêm desenvolvendo um importante trabalho de consolidação da área de Antropologia nesta Universidade. Por razões da história institucional, a Antropologia na UFPEL começa a consolidar-se, primeiro, com a criação de um Bacharelado em Antropologia e, depois, com a estruturação de um Pós-Graduação em 2012 com o curso de Mestrado e, desde 2016, com o curso de Doutorado. Fica evidente neste rápido crescimento da Antropologia na UFPEL o acerto dos que, no início do processo, optaram por criar o curso específico de graduação em Antropologia, iniciativa original à época da criação do curso¹. Na UFPEL, a Antropologia existia na grade curricular do curso de Ciências Sociais e em algumas disciplinas dispersas em diferentes cursos. Porém, em razão da política institucional, a disciplina tinha dificuldades de crescimento por ter um espaço de pouca importância e influência no curso de Ciências Sociais. Essa situação periférica da Antropologia no curso de Ciências Sociais expressava-se no organograma institucional, uma vez que a Antropologia não estava e não está alocada no mesmo Departamento e no mesmo Instituto. A Antropologia era acolhida pelo Departamento de História e atualmente integra o Departamento de Antropologia e Arqueologia, junto

¹ O debate sobre a pertinência da formação em Antropologia, no nível da graduação, ocorrer em modelos distintos da tradição brasileira, ou seja, nos cursos de graduação em Ciências Sociais, apresentou-se com força no início dos anos 2000, como mostra a publicação da ABA *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras* (2006).

ao Instituto de Ciências Humanas. Portanto, na UFPEL, o debate levantado nos fóruns da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) nos primeiros anos do novo milênio sobre o espaço da Antropologia nos cursos de Ciências Sociais do Brasil era extremamente pertinente em 2008. A opção à época foi rejeitar a tradição brasileira da graduação em Antropologia ficar à cargo do curso de Ciências Sociais². Propôs-se uma parceria entre a Antropologia e a Arqueologia para criar o Bacharelado em Antropologia com duas áreas de formação, Antropologia Social e Cultural e Arqueologia.

Nesses termos, o curso de graduação em Antropologia da UFPEL propõe, em seu desenho curricular, uma formação teórico-metodológica em ambos os campos do conhecimento, assim proposto para também subsidiar os alunos à opção pelas Linhas de Formação em Antropologia Social e Cultural e em Arqueologia. Neste bacharelado, as disciplinas específicas e optativas encaminham as discussões temáticas, ancoradas na perspectiva de especialização visando à atuação no mercado de trabalho. Outra noção que subsidia o programa é a de inter, multi e transdisciplinaridade, objetivadas no núcleo complementar de disciplinas (ROSA e RIETH, 2010).

Era esperado que a novidade de um Bacharelado em Antropologia no Brasil trouxesse uma série de desafios e a necessidade de dar continuidade ao debate sobre a formação em Antropologia. Foi o que resolvemos fazer na UFPEL em maio de 2014, quando o Bacharelado e o Pós-Graduação em Antropologia organizou o *I Simpósio Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil: novos horizontes entre a ciência e a política*, com financiamento da CAPES e apoio da ABA-SUL. Este Simpósio se vinculou as iniciativas anteriores da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em especial com a criação do Código de Ética, elaborado na gestão 2006-2008, e instituição de sua Comissão de Ética. Somam-se a isso as pautas de reuniões científicas da área, como a RBA (Reunião Brasileira de Antropologia), a REA (Reunião Equatorial de Antropologia) e a RAM (Reunião de Antropologia do MERCOSUL). Dessas reuniões periódicas resultaram várias publicações sobre o tema central desta proposta, como, apenas para exemplificar, constam nas seguintes coletâneas: *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras* (2006), *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos* (2008) e *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil* (2010), *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação* (2013).

No simpósio organizado na UFPEL convidamos colegas de várias

² . Com a criação do curso de Bacharelado em Antropologia, a atuação da Antropologia no curso de Ciências Sociais tornou-se mais consistente, uma vez que foi feito o acordo para que o Departamento de Antropologia e Arqueologia ficasse responsável pelas disciplinas de Antropologia do currículo das Ciências Sociais.

regiões do país para trazerem suas experiências e reflexões para pensarmos a formação em Antropologia no país. Essa troca está em parte expressa nesta pequena coletânea de textos que resolvemos publicar somente agora, com algum tempo desde a realização do simpósio. Consideramos importante para registro porque sentimos que é um debate que está longe de ser finalizado, pois está vinculado aos desafios da regulamentação da área no Brasil e que a cada dia nos traz novos desafios. É importante ressaltar que esse tempo percorrido desde o simpósio concorreu para dificultar a reunião um número maior de textos baseados no rico debate que tivemos durante os três dias do evento. Por isso, agradecemos muito aos autores que estão publicados nesta coletânea.

Na organização do evento indicamos questões que eram as mais e as que eram as menos relevantes no debate sobre a formação em Antropologia, do ponto de vista da experiência da UFPEL. Por exemplo, procuramos deslocar a ênfase na exclusividade ou não da graduação em Ciências Sociais como o *locus* da formação do antropólogo, para assumirmos a ideia de que a interdisciplinaridade é fundamental na formação do antropólogo, na qual a Sociologia e a Ciência Política têm um papel importantíssimo, assim como a Arqueologia, a Linguística, a História e, em menor medida, as outras formações em humanidades. A questão parece estar, em termos curriculares, na definição de disciplinas obrigatórias e disciplinas eletivas, assim como o peso destas na grade curricular (FRY, 2006; TAVARES, 2010). Essa definição é importante para que o aluno tenha acesso às teorias que embasam o “olhar” antropológico e, ao mesmo tempo, tenha o investimento necessário para uma boa iniciação no método etnográfico, reconhecido como fundamental na formação do antropólogo (DEBERT, 2008, PEIRANO, 2006). A importância da definição de alguns *princípios* na formação do antropólogo é importante para que eles possam ser aplicados com respeito às características regionais e institucionais dos espaços em que a Antropologia se desenvolve, sem perder o que dá identidade à produção do conhecimento antropológico.

Outra ênfase importante é na relação entre a formação acadêmica e a antropologia produzida no que os debates anteriores convencionaram chamar de antropologia extramuros. Nossa experiência com um Bacharelado em Antropologia coloca o problema da profissionalização como central para a formação na graduação. O reconhecimento de que a *atuação extramuros* da Antropologia não é mais esporádica remete, com efeito, à discussão sobre as condições de construção do conhecimento antropológico e a necessidade de regulamentação profissional em novas bases da relação entre o/a antropólogo/a e a sociedade. No caso dos laudos administrativos e judiciais, por exemplo, trata-se da produção de conhecimentos situados no campo da Antropologia, consagrados por

critérios científicos e éticos da produção de etnografia, bem como em ações do Estado e de seus operadores jurídicos e administrativos (ALMEIDA, 2008; OLIVEIRA, 2008). Nesses casos, nota-se uma reconfiguração da atuação dos/as antropólogos/as, pois até décadas atrás sua formação profissional era basicamente voltada à atuação na academia ou *intramuros*.

Não se defende aqui uma antropologia para o “mercado”, mas que o “mercado” faça parte das preocupações dos cursos de formação em Antropologia. A expansão da Antropologia no país colocou seus seguidores atuando em espaços pouco tradicionais e que precisam ser reconhecidos como próprios ao âmbito de ação da Antropologia. O desafio é fazer tal movimento sem perder a referência nos princípios teóricos e éticos da disciplina. Isso não é fácil diante da permeabilidade que o “fazer antropológico” apresenta, produzindo grande dinamismo nas relações que mantém com os espaços “extramuros”.

O objetivo de eventos como o *I Simpósio Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil: novos horizontes entre a ciência e a política* é dar repercussão às discussões que proporcionem a reflexão crítica e a tomada de posicionamentos sobre a formação e a profissionalização no campo da Antropologia no Brasil, considerando a ampliação do mercado profissional para antropólogos/as no país, bem como a criação de *novos* programas de pós-graduação e cursos de graduação em Antropologia. Neste sentido, conjugou-se a discussão da profissionalização à formação, tanto na graduação como na pós-graduação. Os diferentes projetos pedagógicos da formação em antropologia na graduação aportaram a discussão da multidisciplinariedade, considerando os diferentes contextos institucionais, demandas sociais em que a alteridade é constituidora de identidades profissionais.

Os textos que seguem nesta seção trazem elementos importantes para as questões discutidas acima. Marcelo Camurça e Elizabeth Pissolato contribuem com um texto que percorre o caminho institucional da Antropologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em seu *Antropólogos e Antropologia na Universidade Federal de Juiz de Fora: história institucional e questões em torno da formação acadêmica*, os autores mostram a “marca” institucional da Antropologia em Juiz de Fora, forjada na relação entre sua presença inicial no curso de graduação em Ciências Sociais e, posteriormente, no Pós-Graduação em Ciências Sociais, além de sua forte presença no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. Os desdobramentos desta relação dão pistas para a importância das particularidades institucionais no desenvolvimento da disciplina. Mantendo a ênfase nas potencialidades da presença da Antropologia nas universidades, o texto de Guimarães et al, *Por uma universidade pluriepistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por mestres de*

saberes tradicionais e populares na UFMG, nos traz o contexto de implantação de disciplinas acadêmicas ministradas por mestres tradicionais no currículo de cursos da Universidade Federal de Minas Gerais. Aqui vemos uma forte presença dos conceitos de alteridade e interlocução como fundamento para o projeto interdisciplinar proposto, assim como a presença da Antropologia como uma das formações básicas para a produção de conhecimento constituído por relações plurais.

No âmbito da profissionalização, Jane Beltrão em seu texto *Antropólogos e Profissionalização na/para Amazônia*, nos traz uma rica reflexão ao relacionar as demandas para o trabalho antropológico na região amazônica e as possibilidades e, especialmente, os limites para a formação de profissionais que possam suprir essas mesmas demandas. O texto também pode ser visto como um diagnóstico sobre a formação de antropólogos na região da Amazônia. Já o texto de Cristian Salaini, *O ofício do Antropólogo: etnografia em contexto de perícia*, faz uma importante reflexão sobre os desafios do antropólogo em suas atividades extramuros. Influenciado por sua experiência na produção de laudos, o autor explora com grande acuidade os pontos mais importantes para a condução de uma relação produtiva do conhecimento antropológico com as exigências institucionais da prática pericial.

Enfim, esperamos que a leitura desses textos dê mais subsídios ao debate sobre formação e profissionalização da Antropologia no Brasil, demonstrando a importância do tema e a necessidade da comunidade de cientistas e profissionais da antropologia tomar sua discussão como questão básica para a expansão de nosso campo de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. Peritos e perícias: Novo capítulo de (des)naturalização da Antropologia. A luta contra positivistas e contra o empirismo vulgar. In: SILVA, Glaucia (Org.). **Antropologia extramuros**: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 45–50.

DEBERT, Guita Grin. Ética e formação do antropólogo. In: SILVA, Glaucia (Org.). **Antropologia extramuros**: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 41–44.

FRY, Peter. Formação ou educação: os dilemas dos antropólogos perante a grade curricular. In: GROSSI, Miriam Pilar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 59–76

RIETH, Flávia M. S.; PEREIRA NETO, Francisco. Entre a ciência e a política: desafios para a formação em Antropologia no Brasil. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 147–153, jul./dez. 2016.

GROSSI, Miriam Pilar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Cardoso de. Prefácio. In: SILVA, Glaucia (Org.). **Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 9–12.

PEIRANO, Mariza. Um ponto de vista sobre o ensino de Antropologia. In: GROSSI, Miriam Pilar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 77–104.

ROSA, Rogério; RIETH, Flávia. Bacharelado em Antropologia na Universidade Federal de Pelotas: um curso na fronteira. In: TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 41–50.

SARTI, Cynthia; DIAS DUARTE, Luiz Fernando. **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA, 2013.

SILVA, Glaucia (Org.). **Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

TAVARES, Fátima. De que Antropologia(s) precisamos? Profissionalização e perspectivas do ensino. In: TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 51–62.

TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

AUTORES

Flávia Maria Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Professora do Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPEL. Pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR). Coordenou a equipe de pesquisa do Inventário Nacional de Referências

RIETH, Flávia M. S.; PEREIRA NETO, Francisco. Entre a ciência e a política: desafios para a formação em Antropologia no Brasil. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 147–153, jul./dez. 2016.

Culturais INRC– Região Doceira de Pelotas e coordena a equipe do INRC– Lida Campeira. E-mail: riethuf@uol.com.br .

Francisco Pereira Neto

Doutor em Antropologia Social (UFRGS). Professor do Bacharelado em Antropologia e do Pós-Graduação em Antropologia da UFPEL. Pesquisador do Grupo Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPEL). E-mail: francisco.fpneto@gmail.com .